

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

AMANDA CARMEN BEZERRA COÊLHO

**A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA COMO MEIO
DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

**JOÃO PESSOA
2019**

AMANDA CARMEN BEZERRA COÊLHO

**A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA COMO MEIO
DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

Orientador: Dr. Alfredo Rangel Ribeiro

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C672l Coelho, Amanda Carmen Bezerra.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Brasileira
como meio de efetivação dos direitos da personalidade /
Amanda Carmen Bezerra Coelho. - João Pessoa, 2019.
52 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Direitos da personalidade. 2. Dados Pessoais. 3. Lei
Geral de Proteção de Dados. I. Título

UFPB/CCJ

AMANDA CARMEN BEZERRA COELHO

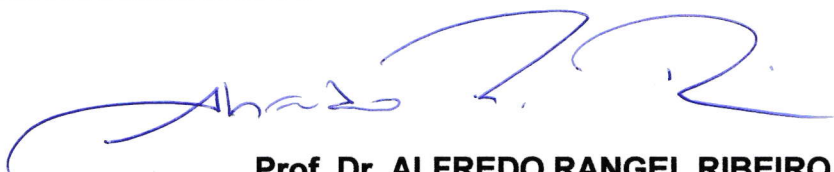
**A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS BRASILEIRA COMO MEIO
DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

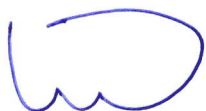
Orientador: Prof. Dr. Alfredo Rangel

DATA DA APROVAÇÃO: 06 DE MAIO DE 2019

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. ALFREDO RANGEL RIBEIRO
(ORIENTADOR)

10,0 (dez)


Prof. Dr. ADRIANO MARTELETO GODINHO
(AVALIADOR)

10,0 (dez)


Prof. Dr. WLADIMIR ALCIBÍADES MARINHO FALCÃO CUNHA
(AVALIADOR)

10,0 (dez)

AGRADECIMENTOS

De todo o meu coração, gostaria de agradecer a Deus, Amado de minha alma, pela misericórdia infinita que Ele tem para comigo. Sem Ele eu nada seria. A minha Mãe, Maria Santíssima, que mesmo com as ingratidões desta filha, ama-me sem se cansar. Por tanto amor que sei que tens para mim, deu-me uma amiga no céu chamada Terezinha, que ensinou-me que o Amor engloba todas as vocações, inclusive a minha. Gratidão à minha família, sustentáculo do amor de Deus tangível à minha pequenez. Aos meus pais, por desde cedo me incentivarem a buscar o conhecimento que não passa, e à minha irmã Ana Beatriz, que mesmo tão nova me demonstra que as dificuldades existem para serem superadas. Prometo que, por vocês, não desistirei. Aos meus amigos, em especial ao meu querido Alvinho, por todo suporte emocional, carinho e confiança em mim depositadas. Sei o quanto posso contar com vocês, visto que, tantas vezes, mesmo não tendo algo a me oferecer, vocês estão ao meu lado e isso é o que importa. Agradeço à Comunidade Filhos do Amor, minha segunda família, porque sem vocês a minha vida não teria sentido completo. Emociono-me em pensar na importância da presença de cada irmão durante este período que se finda. Por último, mas não menos importante, minha gratidão se dirige a esta casa. A Universidade Federal da Paraíba, em especial o corpo docente do Centro de Ciência Jurídicas, formou em mim um espírito resoluto na busca da concretização dos anseios humanos. Ao meu querido orientador, professor Alfredo Rangel, que no lecionar de suas aulas implantou em meu coração a paixão pelo direito civil. Ainda agradeço ao professor Adriano Godinho e ao professor Wladimir Alcibíades que, com tanto carinho, aceitaram o convite de compor a banca de apresentação deste trabalho. A todos vocês, meu carinho e meu sorriso largo mais bonito.

RESUMO

O direito, naturalmente modificado pelos impulsos de vontade e desejos de um povo, observa sua funcionalidade plena quando toma para si a responsabilidade na regência das relações sociais, visando o bem comum. A realidade jurídica do início do século XXI traz consigo uma engrenagem social densa, complexa e ainda a ser desvendada. Essa veracidade decorre da *internet*, das redes sociais, do fluxo de informações e das demais características desta nova era tecnológica que aproximam o homem do mundo, entretanto, o põem em posição de vulnerabilidade quando da ausência de amparo legal que lhe sustente. Pelos graves atendados ocorridos em nível mundial acerca do vazamento de informações pessoais de usuários de serviços digitais e pela pressão da União Europeia de um regramento próprio a todos os seus países economicamente parceiros, surge a Lei nº. 13.709/2018, a intitulada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, responsável pela salvaguarda dos dados pessoais em meio *online* e *offline*. A novidade legislativa adentra o ordenamento jurídico pátrio na intenção de elucidar, por exemplo, pontos controversos envolvendo privacidade e liberdade de informação, limite de coleta e uso de dados de terceiro, estabelecendo seu primado baseado no princípio da dignidade da pessoa humana. Busca-se com este estudo traçar um panorama de como a evolução dos direitos da personalidade resultaram na necessidade de promulgação desta lei infraconstitucional e como ela atua em caráter protetivo diante das infrações à privacidade, à intimidade, à imagem e à honra, cumprindo ou não sua função.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados. Direitos da personalidade. Dados Pessoais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A CONSTRUÇÃO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL PELA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	10
2.1 DO SURGIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS AO DIREITO CIVIL DE VANGUARDA.....	10
2.2 O PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL.....	15
3 DIREITOS DA PERSONALIDADE ENQUANTO DIREITOS FUNDAMENTAIS ...	20
3.1 O CARÁTER FUNDAMENTAL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	20
3.2 UMA DEFINIÇÃO DO QUE SÃO OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	25
4 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO <i>VERSUS</i> CARÁTER ESTÁTICO DO DIREITO	29
4.1 A NECESSIDADE E O SURGIMENTO DA LGPD	34
4.2. A ANTINOMIA JURÍDICA PRIVACIDADE <i>VERSUS</i> LIBERDADE DE INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA LGPD	39
4.3 NOVOS MECANISMOS PARA PROTEÇÃO DE DADOS.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Tratar acerca dos direitos da personalidade, mesmo com o enfoque dirigido a uma legislação específica, parte da investigação do homem como centro do ordenamento jurídico, na observação de como as mudanças sociais durante os anos interferem tanto na sociedade quanto no indivíduo *per si*. Sem essa valoração do passado com relação ao presente, numa perspectiva comparativo-reflexiva, dificilmente poder-se-á entender as projeções atuais destas garantias e como elas vem exercendo sua eficácia nas relações jurídicas.

Por mais que a personalidade seja uma determinação que inicialmente remeta a um desenvolvimento próprio, interior ou que traga uma ideia de individualidade, não há como negar que o meio em que se insere o ser humano é preponderante para a modulação e formação de quem ele mesmo é. Mera credulidade pensar que as alterações políticas, filosóficas e até mesmo as naturais em nada incidem no desenvolvimento pessoal durante as gerações.

Através da sequencial garantia de efetivação de direitos, o homem adquire liberdade para ser e desempenhar as suas garantias jurídicas básicas. Essa autonomia primária concedida, em caráter evolutivo ao passar dos anos, era exercível quanto à sua pessoa, seus atributos individuais e, conseqüentemente, quanto aos efeitos decorrentes deste exercício. Logo, é imperiosa a afirmação de que a história dos direitos fundamentais conta a dos direitos da personalidade: estes só puderam existir pela decorrência da positivação daqueles.

Nada obstante, o marco temporal que mais importa a este trabalho se dá a partir da constitucionalização do direito. Especificamente quanto à área cível, o olhar humanista, que persegue a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, adentra no ordenamento transicionando um antigo modelo individualista para uma versão transdisciplinar. O ordenamento privatístico, que não mais conseguia suprir as demandas por conta de suas próprias limitações, toma sua posição de subordinação perante às Constituições. No caso brasileiro, a Constituição de 1988 trouxe consigo fundamentos e princípios basilares dispostos a orientar todas as legislações infra, de modo a que, o todo legislativo não só tivesse coesão e coerência, mas servissem a um mesmo propósito humanitário, em busca da dignidade da pessoa humana e das demais garantias constitucionais.

Nesse contexto, os direitos da personalidade, um dos ramos jurídicos civis que mais possui influência quanto aos fundamentos constitucionais em seus dispositivos, ratificam a efetivação de direitos como a intimidade, a vida privada, o sigilo, a honra, a imagem, e suas ramificações.

Entretanto, mesmo com todo aparato principiológico a seu dispor, um alto grau de subjetividade se faz hiato quando dos casos jurídicos mais complexos, quando da não previsão legal clara sobre o assunto. No que concerne aos direitos da personalidade e a esta pesquisa, essa circunstância apresenta-se no colidir entre privacidade e liberdade de informação, ambos princípios constitucionais que merecem a salvaguarda do constituinte. Com os repetitivos episódios de cerceamento de direitos, quanto à tutela dos dados pessoais, surge a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira), visando a proteção das informações privadas quando do tratamento, uso, manutenção, guarda e compartilhamento realizado buscando algum fim, seja econômico ou não.

O objetivo central desse estudo fixa-se na averiguação da Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira como meio legislativo que viabiliza o amparo aos direitos da personalidade, regrando as disposições que outrora faziam-se conflituosas pela ausência de uma regulamentação específica, de modo a que se priorize à privacidade, intimidade e imagem do sujeito de direitos.

O trabalho está sistematizado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo traça um panorama jurídico de surgimento e evolução dos direitos fundamentais como origem dos direitos da personalidade. Salienta-se em ponto específico a metamorfose no olhar do direito pela constitucionalização privatística, em especial, do direito civil. Prosseguindo, o terceiro capítulo elenca e define os direitos da personalidade, suas características e funcionalidades. Após esta explanação, crucial para chegar ao ponto principal desta pesquisa, adentrar-se-á no estudo da Lei Geral de Proteção de Dados em si, o porquê do seu surgimento, as configurações sociais que demandaram sua criação, as alterações carreadas consigo e as possíveis críticas à sua eficácia no mundo jurídico. Por fim, as considerações finais que se reputam precisas.

Os métodos de abordagem empregados são, de antemão, o histórico e o bibliográfico, deslindando no uso da técnica de dedução quanto aos efeitos a serem originados pela LGPD, sempre buscando uma análise teórica e qualitativa sobre o

assunto, de forma a conceder um cenário geral quanto às problemáticas hodiernas do tema e a inovação legislativa trazida pela lei em comento.

No mais, estabelecidos os parâmetros iniciais, passa-se à explanação e investigação do surgimento dos direitos fundamentais.

2 A CONSTRUÇÃO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL PELA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

2.1 DO SURGIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS AO DIREITO CIVIL DE VANGUARDA

A ciência jurídica, volátil por essência às relações humanas interpessoais, é construída pelos homens que, a partir de suas vivências, moldam o direito ao encaixe da atualidade, buscando, mesmo que inconscientemente, a satisfação de suas ambições e necessidades. A princípio, quando analisado, este conceito é capaz de construir uma certa segurança, quando balizado através de um senso comum, todavia, quando se abre margem a um estudo histórico/jurídico dos eventos, percebe-se que a conjectura de tempo, unida aos fatos sociais, são cruciais para as configurações do que os direitos representam hoje.

No que tange aos direitos da personalidade é imperioso afirmar que possuem relação umbilical e intrínseca aos direitos fundamentais, posto que ambos detêm como tutela o homem, o sujeito de direito, sendo aqueles oriundos destes. Neste silogismo, denota-se que toda garantia jurídica personalíssima é um direito fundamental. Contudo, não o inverso, posto que “a relação de poderio dos direitos fundamentais não concede o mesmo *status quo* àqueles que oriundam de si, sejam eles quais forem” (SOUSA, 1995, p. 585). Mesmo assim, são tão intimamente unidos, que, somente através da antiga independência jurídica concedida ao homem, trazida pelos direitos humanos, que as estruturas primitivas dos direitos da personalidade começaram a surgir. Dessa maneira, percebe-se como ambas as esferas, por mais que distintas, estão intimamente ligadas. (LEITE, 2000, p.8).

Buscar um significado coerente e uno acerca da definição dos direitos humanos e dos direitos fundamentais é tarefa árdua sem resposta. Primeiramente, quanto à origem, na visão jusnaturalista, estes direitos advém da própria natureza humana, anterior à Constituição e à própria concepção de Estado. Já o positivismo jurídico os denota como direitos básicos da norma previamente posta, assim, subentende-se a inevitabilidade de uma Constituição para sua existência jurídica. Finalmente, o realismo jurídico os concebe como premissas obtidas durante a história e as lutas sociais.

Partindo à formulação de uma noção que traga maior especificidade, a visão majoritária compreende os direitos humanos como o “conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade [...]” (PÉREZ-LUÑO, 1998, p.48), devendo encontrar subsídios para ação em âmbito interno e externo, ou seja, há um sentido globalista que denota a efetivação destes direitos como premissas básicas de qualquer homem.

Já os direitos fundamentais seriam a expressão para designar “os direitos humanos reconhecidos e positivados em determinada ordem constitucional” (ibidem, p.48). Assim, somente àqueles direitos já concebidos como humanos e positivados na Constituição de cada país possuem esta aceção, exatamente por receberem um *status* de princípio constitucional.

Em vista disso, a concepção de “fundamentalidade” de um direito é concebida como a particularidade que denota uma proteção tanto material quanto formal (DIAS, 2014, p. 31). Ou seja, a partir da carência de um mecanismo social que traga eficácia a anseio subjetivo comum, positivam-se, paulatinamente, garantias de prestações pelo Estado e pela sociedade, visando a busca de satisfação, inicialmente individual e depois coletiva. Nas palavras de Jane Reis Gonçalves Pereira (2018, p.113):

Quando se fala em direito fundamental, aborda-se uma categoria jurídica complexa, que pode ser analisada a partir de múltiplos enfoques. Isso ocorre porque o significado que os direitos fundamentais assumem no constitucionalismo contemporâneo é resultado de um longo processo histórico em que foram sendo ampliados, de forma progressiva, seu alcance e força vinculante no ordenamento.

O surgimento dos direitos humanos germina na quebra de domínio dos governos absolutistas do final século XVII e do início do século XVIII. Através dos ensinamentos renascentistas, nasce contra o Estado, edificando através dos parâmetros de liberdade, igualdade e fraternidade, uma organização estatal nunca presenciada na humanidade, limitando os poderes monárquicos e instituindo regramentos que punham o homem como centro das relações sociais.

O cerne da questão que merece o enfoque, realmente, encontra-se na mudança conjectural da organização do próprio povo, pois, passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão (BOBBIO, 2004, p.7).

Não mais o Estado, o homem, ser de direitos e obrigações, era o enfoque da tutela jurídica.

Nesse diapasão, Sarlet (2016, p.381) abarca a ideia de que o campo de existência dos direitos fundamentais só se inicia com a positivação das primeiras Constituições ao redor do mundo que atendiam os anseios da burguesia liberal do século XVIII, não eximindo o caráter de perene mudança que dura até os dias de hoje. Essa constante transformação, advinda do surgimento desta nova organização de Estado, abriu portas a uma vasta humanização que desembocaria na positivação de regramentos que privilegiassem o cidadão que outrora fora escanteado. Muitas outras revoluções foram surgindo, todas com o ideal comum de ruptura do cerceamento dos poderes dos monarcas absolutistas e melhores condições de vida para a população.

Mesmo assim, somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 pôde-se realmente considerar a existência positivada dos direitos humanos *strictu senso*, concedendo-lhes universalidade formal. Essa fase inicial, o nascedouro dos direitos humanos, é intitulada primeira dimensão¹, em que a dignidade da pessoa humana se torna um marco histórico, posto que os demais princípios que põem o homem no patamar de fim primacial do direito, derivam deste. A positivação destas garantias culminou no surgimento do Estado de Direito, liberal e à serviço dos ideais burgueses.

Estes direitos são nominados por boa parte da doutrina como *negativistas*, pois, quando da consolidação perante o Estado, firmou-se uma barreira rígida em conformação à divisão público/privado, ou seja, estabeleceu-se uma zona de não intervenção e uma esfera de autonomia individual em face de seu poder.

Podem ser considerados de primeira dimensão todos àqueles direitos ligados à liberdade e à vida civil, os quais integram a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a liberdade, e posteriormente adicionados, os que se referem à vida política.

Com a Revolução Industrial, e o conseqüente êxodo populacional dos campos para as cidades, gerando más condições de vida e trabalho, percebia-se

¹ As gerações de direitos humanos foram idealizadas pelo jurista tcheco Karel Vasak, em 1979. Atualmente, prefere-se conceber uma progressiva adequação do ordenamento, natural ao desenvolvimento do homem e do tempo. Assim, a doutrina recente prefere o termo “dimensão” à “geração”, posto que este último denota um caráter de perda dos direitos auferidos anteriormente. Não compete a este trabalho a pormenorização da nomenclatura mais adequada.

que ínfima era a positivação meramente formal de uma liberdade e igualdade que não existiam. Diversos foram os manifestos que pediam por melhores conjunturas sociais, causando caos nos idos do século XIX.

Através da pressão popular, o Estado tendeu, paulatinamente, em conferir garantias além das já dispostas, pela progressiva cognição e positivação dos direitos sociais, tendo papel preponderante para implantação de um senso comum de justiça social. Portanto, não mais se fala de uma ausência de agir estatal, mas em uma concretização material de garantias através do mesmo: se antes a igualdade existia em patamar formal, agora, cabe à soberania garantir a plena fruição de direitos aos seus não só formal, como materialmente (GARCIA, 2005, p.36).

Assim, direitos como educação, saúde, trabalho e todos aqueles de caráter assistencial e de liberdade social de cunho individual, trouxeram uma nova perspectiva de atuação do Estado: não mais como instituidor formal, mas, e principalmente, como garantidor efetivo de concretização material dos anseios básicos da população. Essa nova roupagem configura não mais um Estado de características liberais, mas o assim chamado Estado Social (ou Estado de Bem-Estar) garantidor, executor e fiscalizador da efetivação dos direitos e não somente espectador, alheio às realidades do social. Contudo, não se chegava a configurar um Estado Democrático de Direito aos moldes atuais, isso porque:

Neste universo jurídico, as relações do direito público com o direito privado apresentam-se bem definidas. O direito privado insere-se no âmbito dos direitos naturais e inatos dos indivíduos. O direito público é aquele emanado pelo Estado para a tutela de interesses gerais. As duas esferas são quase impermeáveis, atribuindo-se ao Estado o poder de impor limites aos direitos dos indivíduos somente em razão de exigências dos próprios indivíduos (GIORGIANI, 1961, p. 396, tradução nossa).

Por maiores que fossem os benefícios trazidos pela positivação já existente, com o passar dos anos, constatavam-se, cada vez mais, lacunas no que concerne à proteção dos direitos da humanidade no geral, seus grupos, coletivizações e organizações. Tudo isso decorrente da insatisfação popular oriunda da influência tecnológica e de todos resquícios beligerantes da Segunda Guerra Mundial e suas consequências, como por exemplo, a descolonização dos países dominados no intercorrer do confronto (SARLET, 2016, p. 386).

Desse modo, através da estrutura moderna dos vínculos e interações sociais, pressentia-se que as funções do Estado não mais condiziam com a ânsia popular: não somente um regime que garantisse, mas também que agisse em favor do bem geral. Nesse sentido, a presença de um governo que seja atuante na composição e regulação do ordenamento, alteraria mais dia menos dia o direito civil, não mais possuindo a visão individualista ou apartada que vigia anteriormente.

Assim, decorreram os direitos de titularidade coletiva ou difusa, os quais podem ser englobados junto a outros conceitos subjetivos, como os direitos à qualidade de vida, desenvolvimento humano, e até mesmo o cuidado com o meio ambiente (pois, atingindo-o, àqueles princípios acima mencionados seriam prejudicados na sua própria efetivação plena).

Enfatiza-se que os direitos fundamentais de terceira dimensão (alguns deles, insertos e definidos como de quarta dimensão) preocupam-se não com a autoafirmação do homem, mas o ser humano como membro de uma coletividade, do todo, que, solidariamente, integra a realidade dos seus semelhantes: havendo o cerceamento de direitos de um, todos serão indiretamente atingidos.

A cognição da urgência na salvaguarda dos valores intrínsecos à pessoa humana é a maior revolução jurídica do final do século XX, trazendo o surgimento de novos direitos fundamentais, de acordo com os novos anseios do povo. A inevitabilidade de uma função específica para o agir estatal, resultou na origem do Estado Democrático de Direito.

Alguns autores ainda defendem a existência de direitos de quarta, quinta ou sexta dimensão, entretanto, por não ser objeto desse estudo, utilizar-se-á o entendimento majoritário de que, visando uma explanação metodológica mais simplificada, os direitos humanos podem ser divididos em um complexo trifásico, com acúmulo de direitos e coexistência entre si.

Resta clara a importância dos direitos fundamentais na rigidez e consolidação de atuação dos direitos humanos. Essencial se faz, em cada Constituição de um Estado Democrático de Direito, a presença do rol de garantias fundamentais. Isso porque, “quando as constituições elaboram, em seus primeiros artigos, os fundamentos do Estado e da Sociedade, estes somente alcançam efetividade social mediante concretização dos postulados normativos referentes aos direitos fundamentais” (MALISKA, 2001, p. 46).

2.2 DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

Através da gradativa positivação dos direitos humanos, os quais dimanavam paulatinamente de uma tendência epocal, evoluía-se, conjuntamente, todo o sistema jurídico para uma maior complexidade. Nesse contexto histórico, era conveniente a custódia dos interesses pessoais e coletivos à medida de seu surgimento, tanto por conta da violação explícita de garantias básicas ao homem, quanto pelo enredamento de novas configurações sociais que emergiam.

Barroso (2005, p. 24), traduz a aproximação do direito civil à Constituição, como um período em que ambas “vão da indiferença à convivência intensa”, subdividindo seus estágios de evolução em três períodos distintos.

No primeiro deles, dado a partir do século XIX, o direito civil tomou a forma de uma ciência especializada, transcendendo à concepção de ser unicamente aquele do nascedouro romano, que pela vulgarização, era tido como direito civil *lato senso*. A divisão público/privada era muito clara, cabendo ao direito civil resguardar os direitos originários e inerentes aos seres humanos e ao Estado garantir a persecução desses objetivos, estabelecendo limitações meramente para uma convivência social fraterna. Nos vocábulos de Barroso, “a Constituição era vista como uma Carta Política, que servia de referência para as relações entre o Estado e o cidadão, ao passo que o Código Civil era o documento jurídico que regia as relações entre particulares” (2005, p. 5). Enquanto o direito privado visava a satisfação individual, ao Estado cabia o amparo aos interesses comuns. A Constituição não possuía aplicabilidade direta, existia unicamente por reivindicação indivíduos. O Código Napoleônico, eminentemente privatístico, supria as aspirações burguesas de propriedade privada e livre iniciativa, condizendo com o regime econômico e político liberalista da época.

Somente através da iniciativa francesa de publicação de um Código especificamente para tratamento das relações comerciais, dividiu-se o que antes era tido como direito civil absoluto nas searas cível (de caráter cotidiano) e comercial (todas as relações de comércio), tendo legislação específica que o revelasse.

Além desta primeira grande mudança, que gerou reflexos por todo o mundo (inclusive no Brasil, que no ano de 1850 promulgava o Código Comercial, antes mesmo da codificação civilista de 1916), com o passar dos anos, era patente a necessidade de positivação de outros direitos, inseridos à área cível, mas que,

contudo, para seu desenvolvimento pleno, necessitavam de instrumento jurídico próprio, como afirma Caio Mário da Silva Pereira (2018, p. 17):

A necessidade de atualização, em outros assuntos já sistematizados no Código, reclamou que o legislador deles cuidasse em ditas leis extravagantes (isto é, independentes do Código), melhor denominadas leis especiais, que importaram derrogação do Código de 1916, sem deixar, todavia, de se caracterizarem como direito civil.

Essa concepção baseada meramente no interesse final a ser perseguido pela norma é altamente falho, visto que, com o tempo, a distinção entre o fato jurídico público e privado não mais conseguia ser realizada. O exemplo mais simples, utilizado por Maria Helena Diniz (2014, p.28), diz respeito ao direito de família que, por mais que trate de questões de caráter meramente individualistas como o casamento, é universal no sentido de ser relevante à sociedade.

Com o brotar do Estado social, alarmando ainda mais as condições de desigualdade material entre as pessoas, o direito enxerga sua atuação barrada por uma visão puramente individual, almejando superar a autonomia individual para uma conformação social completa (BARROSO, 2005, p. 17).

A configuração mais próxima do direito civil atual adveio através da carência e posterior aceitação dos direitos humanos de terceira geração, outrora mencionados, tomando como base uma acepção mundial. Isso porque a vicissitude do Estado liberal e suas concepções não mais cabiam dentro da realidade humanitária insurgente. Afirma Moraes (1991, p. 4):

O sustentáculo fundamental do liberalismo que, pressuposta a separação entre o Estado e a sociedade civil, relegava ao Estado a tarefa de manter a coexistência pacífica entre as esferas individuais, para que atuassem livremente, conforme suas próprias regras, entrou em crise desde que o Poder Público passou a intervir quotidianamente na economia. Diante de um Estado intervencionista e regulamentador, que dita as regras do jogo, o direito civil viu modificadas as suas funções e não pode mais ser estimado segundo os moldes do direito individualista dos séculos anteriores.

Dessa forma, não só a proteção unicamente dos direitos pessoais e particulares, mas do proveito de todos, de toda a sociedade que, quando cerceada de alguma garantia, atinge o todo e a si mesma. Mediado por esse reconhecimento, o processo constitucional adquire o centro de todo o ordenamento jurídico, dando às Constituições o poder de abrir os caminhos para um novo tempo no direito.

Muitos outros autores se dispuseram ao estudo de desvendar o ponto de divergência factual entre as searas público e privada. Savigny (1831) defendia que a

dissemelhança se insurgia quanto ao fim último do direito público que, para ele, seria o indivíduo. Tal tese não prosperou visto que é altamente plausível que o Estado seja fim em si mesmo. Ihering (1883) volta sua observação a um conceito meramente patrimonial, através das três espécies de indivíduo e patrimônio, os quais também não prosperaram. Somente quando uma teoria mista fora proposta, e aqui pode-se citar o doutrinador brasileiro Godofredo Telles Jr. (1977) como o pioneiro no tema, que se passou a uma maior compreensão deste fenômeno de interdisciplinaridade. Associar o caráter subjetivo ao objetivo e, conjuntamente, formular a diferenciação que distinga, mesmo que minimamente, as competências público/privadas, é a melhor saída. Dessa feita, quando o Estado mantém relações jurídicas com outro Estado ou entre particulares, estar-se-á diante de um litígio regulado pelo direito público. Por verossimilhança, as interações entre particulares são reguladas pelo direito privado.

No Brasil, este marco regulatório é a promulgação da Constituição de 1988 e o ulterior Código Civil de 2002. Através dos novos ideais da Carta Magna, o que antes rejeitava a interação entre os âmbitos público e privado, começou a aceitar uma metamorfose estrutural não só no direito civil, como em toda seara privatística.

Por meio da inserção de princípios constitucionais, que anteriormente eram tidos como princípios fundamentais do direito civil, disciplina de cunho particular, apartada da comunidade e ligada ao “eu”, se dá o nome de constitucionalização do direito civil. De acordo com Baptista (2006, p. 37), “trata-se de um processo em que se introduzem na constituição os princípios e normas jurídicas fundamentais do direito civil, com que se lhes atribui validade constitucional”.

Vale salientar que não se trata de uma “publicização do direito privado” (LOBO, 1999, p. 100), mas, da manutenção dos atributos de funcionalidade da disciplina, não se retirando a essência imanente de uma interação jurídica privada. O que acontece, é uma inserção dos direitos fundamentais dentro da lógica dos liames privados, cabendo “ao intérprete evidenciar a subordinação da norma de direito positivo a um conjunto de disposições com maior grau de generalização, isto é, a princípios e valores dos quais não pode ou não deve mais ser dissociada” (PEREIRA, 2018, p. 23).

Mediante esse processo de “jusfundamentalização”, ou seja, da concessão de caráter constitucional, os direitos fundamentais tornam-se preponderantes tanto nas interações públicas quanto privadas, distinguindo-se de outras positivações pela valoração conferida a esta normatividade.

Entretanto, cabe a observação de que, a orientação de como proceder à hermenêutica da lei se dará de acordo com o caso concreto, principalmente quando houver choques entre princípios fundamentais, ponderando-se através da realidade do caso e também de outros princípios, aquele que trará melhor ganho não só para ambas as partes, mas também para a sociedade.

Por fim, a dignidade da pessoa humana, como princípio fundamental e um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, toma seu posto de destaque diante de todo aparelho jurídico nacional. Foi por essa busca de tutela dos valores existenciais que a dignidade da pessoa humana foi transformando o pensamento voltado ao patrimônio em algo que subleva o caráter existencial da pessoa, como delinea Lôbo (2014, p. 19):

Se eu pudesse dizer em uma palavra qual o objeto central do Direito Civil Constitucional, no momento em que vivemos hoje no Brasil, diria que é “humanismo”, ou seja, ter a pessoa humana como foco central da investigação, da aprendizagem, e da aplicação do Direito Civil. Num plano mais próximo de nosso objeto: a afirmação das garantias de efetivação dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Mediante esta nova óptica, que se propõe à centralidade no ser humano, gradualmente, o direito civil passa a ter uma abordagem repersonalizada, ou seja, não mais o patrimônio, mas o ser de direitos e obrigações, titular de garantias, ocupa o lugar de evidência. Aqui, os direitos da personalidade assumem papel salutar pelo fato de que seu regramento é totalmente voltado ao indivíduo e à coletividade: o caráter humanista do direito civil toma o lugar da patrimonialização patente.

Para mensurar o peso que a dignidade humana exerce na Constituição Federal Brasileira, mencione-se que, já no exercício de suas funções, é ela quem dá amparo e guarida para a formulação e execução de outros direitos fundamentais, tornando-a referência para o conhecimento e plena asserção de como se constrói o direito brasileiro, de forma que é devido dizer: se se quer conhecer o direito, é preciso que se conheça a dignidade da pessoa humana.

Ademais, ao tratar do assunto, urge diferenciar a dignidade em dois aspectos diversos, como afirma Nunes (2018, p. 52):

O termo dignidade aponta para, pelo menos, dois aspectos análogos, mas distintos: aquele que é inerente à pessoa, pelo simples fato de ser, nascer pessoa humana; e outro dirigido à vida das pessoas, à possibilidade e ao direito que têm as pessoas de viver uma vida digna.

Ambas as interpretações interessam a este trabalho: a primeira por manter relação umbilical com os direitos da personalidade; a segunda, por ser fundamento que resguarda o direito à liberdade de comunicação e expressão. Esses dois aspectos estarão entre os objetos no desenvolvimento do capítulo a seguir.

3 DIREITOS DA PERSONALIDADE ENQUANTO DIREITOS FUNDAMENTAIS

3.1 O CARÁTER FUNDAMENTAL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Os direitos da personalidade consistem nos mais elementares atributos inerentes ao ser humano: capacitando-o, a positivamente concede-lhe individualidade e poder de atuação perante à sociedade. Estes direitos decorrem, pelo menos formalmente, da própria existência do ser como sujeito de direitos e de obrigações, ou mais simplificada, de sua personalidade, asseverando o princípio da dignidade da pessoa humana como súpero diante de todo ordenamento jurídico pátrio.

Através do capítulo primeiro, e de todo contexto histórico por ele traçado, constata-se que o direito é uma ciência altamente mutável através dos influxos sociais, do tempo e do espaço. Não seria diferente com os direitos da personalidade que, até chegarem ao patamar atual, precisaram das metamorfoses de um embasamento jurídico, que ao menos existia à época.

Assim, pós Revolução Francesa, com o surgimento dos direitos humanos de primeira geração, através da preocupação constante acerca da dignidade da pessoa humana e todas as suas extensões, os direitos da personalidade surgem como um reforço da posição do indivíduo frente ao Estado, como uma garantia de que todas as suas liberdades não mais poderiam ser violadas. Obviamente, esta configuração se deu pelos impulsos e necessidades da época, servindo como contrapartida da comunidade perante aos abusos cometidos pelo Estado (LARENZ, 1978, p. 251).

Neste cenário liberal-burguês do final do séc. XVIII, os direitos da personalidade limitavam-se a uma visão tão-somente publicista. Com o passar dos anos, viu-se que a exiguidade na salvaguarda das relações de cunho privado advinha exatamente porque só se alcançava a dualidade Estado/sociedade, relegando às tratativas privadas o limbo legislativo.

Somente a partir da constitucionalização do sistema jurídico, que se chegou ao pensamento unânime de que os direitos da personalidade “devem ser tutelados tanto pelo Direito Público quanto pelo Direito Privado, em complementação, em constante diálogo dentro da ideia de visão unitária do sistema jurídico”. (TARTUCE, 2019, p. 159). Essa perspectiva que enxerga o ordenamento

como um todo unitário comunicativo entre si é o núcleo da teoria do diálogo das fontes. Idealizada pelo jurista alemão Erik Jayme (1995), as normas não se excluem quando da sua aplicação, como predispõe a corrente de antinomias jurídicas de Bobbio². Esta corrente defende a função das normas jurídicas como de complementação, ou seja, busca-se uma harmonia no ordenamento, ao invés de uma escolha exclusiva, em que cada direito em específico tem seu caso concreto particular.

Neste diapasão, enquanto os direitos fundamentais exercem a incumbência de garantir, com abrangência, generalismo e abstração, as garantias básicas de toda sociedade, os direitos da personalidade são originados da “captação desses valores fundamentais regulados no interior da disciplina civilística” (TARTUCE, 2019, p.158). Afirmar que há um caráter subjetivo imperativo nos direitos fundamentais, não significa, no entanto, a diminuição destes, até porque, como afirma Tartuce (2019, p.159):

Tais garantias são genéricas, mas são também fundamentais ao ser humano e sem elas a pessoa humana não pode atingir sua plenitude e, por vezes, sequer pode sobreviver. Nunca se pode esquecer a vital importância do art. 5.º da CF/1988 para o nosso ordenamento jurídico, ao consagrar as cláusulas pétreas, que são direitos fundamentais deferidos à pessoa.

Destarte, sem direitos fundamentais, certamente não existiria a positivação de tantas outras garantias, até mesmo as que se referem à personalidade, aqui em discussão.

Além do mais, e principalmente, estas premissas não devem ficar meramente num plano de abstração, mas, acima de tudo, precisam encontrar meios de efetivação, mediante, exatamente, dessa positivação em caráter específico com relação à cada área da vida do sujeito de direitos. Por meio dessa atividade legislativa, concessiva de autonomia, ratificam-se diversos direitos, entre eles, os ditos da personalidade.

Esse argumento é tão coerente que o respaldo que traz a maior segurança jurídica quanto ao cumprimento dos direitos da personalidade, obviamente, encontra-se disposto na própria Constituição. A chamada cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, assinalada no artigo 1º, III, garante o

² Ler mais em BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 10. ed. (tradução de Maria Celeste C. J. Santos). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

princípio da dignidade da pessoa humana como corolário da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), *ipsi literis*:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

A dignidade da pessoa humana, princípio regente da Constituição Federal, efetiva a cláusula geral de tutela da pessoa humana, objetivando a salvaguarda, respeito e incentivo da concretização dos direitos fundamentais, inclusive no que se refere à personalidade do sujeito de direito. Contudo, longe de afirmar-se a igualdade entre os fundamentais direitos e àqueles referentes à personalidade. Mesmo com tamanhas similitudes, enquanto a natureza jurídica dos primeiros remete à uma visão publicista, já estes são tutelados objetivando relações eminentemente particulares. Ainda assim, “em bom número, direitos fundamentais são também direitos da personalidade, conforme se vê da consagração, pela Constituição da República (art. 5º, X), da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, que correspondem também a direitos da personalidade previstos pelo Código Civil (arts. 11 a 21)”. (GODINHO; GUERRA, 2009, p. 201).

De acordo com a acepção da cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, todos aqueles direitos e deveres oriundos de qualquer princípio elencado na Constituição Federal, ou até mesmo aqueles que se encontram implícitos, desempenham um papel de salvaguarda, tutela e estímulo do ser humano (TEPEDINO, 2004, p.50), originando uma *cláusula geral da personalidade*, tão aceita pela doutrina que na IV Jornada de Direito Civil fora ratificada e considerada um dos maiores marcos do evento, presente no Enunciado n. 274 do CJF/STJ abaixo exposto:

Os direitos da personalidade, regulados de maneira não-exaustiva pelo Código Civil, são expressões da cláusula geral de tutela da pessoa humana, contida no art. 1º, inc. III, da Constituição (princípio da dignidade da pessoa humana). Em caso de colisão entre eles, como nenhum pode sobrelevar os demais, deve-se aplicar a técnica da ponderação. (BRASIL, 2006).

Através da cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, interligam-se os direitos fundamentais, em específico o princípio da dignidade da pessoa humana, aos direitos da personalidade. Nas palavras de Godinho (2013, p. 180): “a importância de que se reveste a matéria não decorre senão da própria expressividade dos direitos da personalidade, enquanto projeções da pessoa humana e da dignidade que lhe é inerente.” Aqui, urge uma explicação acerca da tamanha importância desta disposição no que tange a três aspectos distintos, porém, interligados.

Primeiramente, a relevância dada ao fenômeno de constitucionalização do mecanismo jurídico, novamente é assegurada e legitimada em suas ações e reações como resposta aos novos tempos do direito. Além do mais, ao garantir a efetivação desta cláusula, confirmou-se que o elenco de garantias disposto no art. 5º da Carta Magna não se restringe, pelo contrário, abre-se à interpretação de que o rol é meramente exemplificativo ou *numerus apertus*, ou seja, a legitimação de direitos fundamentais é amplíssima.

Em segundo lugar, declarar que os direitos da personalidade são expressões da tal cláusula, aquebranta duas correntes que, por longo tempo, debatiam entre si qual a natureza destes direitos: a teoria monista, que afirmava a existência de um supremo direito da personalidade, e a teoria pluralista, que pregava a multiplicidade de direitos da personalidade.

Por fim, afirmar o grau de paridade entre esses direitos faz com que nenhum possa sobrelevar-se perante outro, consagrando-se a técnica de ponderação como a maneira mais adequada para resolução de conflitos que haja entre princípios. Tartuce (2019, p. 167) define a ponderação como sendo:

A aplicação da ponderação nada mais é do que a solução do caso concreto de acordo com a máxima da *proporcionalidade*. [...] a pesagem deve ser fundamentada, calcada em uma argumentação jurídica com solidez e objetividade, para não ser arbitrária e irracional. Para tanto, deve ser bem clara e definida a fundamentação de enunciados de preferências em relação a determinado valor constitucional.

A ponderação não somente é amparada como acolhida pelo sistema jurídico brasileiro. Consta no §2º do artigo 489 do Código de Processo Civil a prescrição de “no caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a

interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão” (BRASIL, 2015).

O ordenamento jurídico brasileiro abraça esta técnica como resolutive de seus conflitos de laboriosa solução, os quais Ronald Dworkin intitula *hard cases* (2005). Definem-se estes casos como aqueles em que há divergência direta entre dois princípios constitucionais, resultando na análise, justificativa e estudo detalhado no caso em concreto, visando a resolubilidade através da concessão ponderada e justa dos direitos que estão em jogo, isto em sua denominação original. Humberto Ávila, (2005, p. 55), defende a existência de uma ponderação à brasileira a qual assemelha-se aos moldes anteriormente citados, contudo, nessa roupagem “a ponderação não é exclusividade dos princípios: as regras também podem conviver abstratamente, mas colidir concretamente” e acrescenta “a dimensão de peso não é algo inato à norma, mas uma qualidade das razões e dos fins a que ela se refere e que é atribuída a partir de um juízo valorativo do aplicador”, ou seja, a mencionada investigação, no que tange à territorialidade brasileira, não possui caráter meramente principiológico, mas sobretudo, pelo envolvimento ao caso concreto, assume a postura necessária à resolutividade daquele infortúnio específico, discutindo quaisquer configurações jurídicas necessárias e não restringindo seu campo de incidência à meras formalidades. Portanto, para o autor, não só os princípios, mas as regras podem ser objetos da ponderação. Vale pontuar que esta corrente é minoritária na doutrina, a qual filia-se esta pesquisa.

3.2 UMA DEFINIÇÃO DO QUE SÃO OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Com todas estas concepções prévias, cruciais ao desenvolvimento deste estudo, parte-se agora à minuciosa análise dos direitos da personalidade e suas características.

O Código Civil (BRASIL, 2002) não define de forma clara o conceito, elencando unicamente alguns aspectos gerais que envolvem tais direitos. Subsidiariamente, coube à doutrina o parecer desta elucidação.

Rubens Limongi França descreve os direitos da personalidade como “faculdades jurídicas cujo objeto são os diversos aspectos da própria pessoa do sujeito, bem assim as suas emanações e prolongamentos” (1975, p. 403). Dessa forma, os direitos procedem da própria pessoa, sendo obrigação do Estado e da sociedade a efetivação e proteção *erga omnes* das ações e reações originadas por estes.

Maria Helena Diniz, ao dar enfoque a umas das características, qual seja a universalidade desses direitos, enfatiza: “os direitos da personalidade são *direitos subjetivos ‘excludendi alios’*, ou seja, direitos de exigir um comportamento negativo dos outros, protegendo um bem inato, valendo-se de ação judicial”. (2014, p.134-135, grifo do autor). Nesse panorama, a autora foca na abstenção de terceiros quanto ao cerceamento dos direitos de outrem.

Já, nas lições de Eduardo Rocha Dias (2014, p.40), percebe-se muito mais uma preocupação na autonomia da pretensão jurídica de uma ação futura, como bem assinala:

Como um direito de liberdade decorrente da dignidade da pessoa, o direito ao desenvolvimento da personalidade apresenta duas dimensões: a primeira, como liberdade geral de ação, em que se protege a livre decisão de agir ou de se omitir; a segunda como um direito à tutela das diferentes dimensões da personalidade contra agressões por terceiros.

Ambas as definições trazem faces corretas, contudo não similares.. Levando em conta o objeto tutelado pelos direitos da personalidade, qual seja, o próprio ser humano, com todas as suas particularidades, sejam físicas, morais ou psicológicas, enxerga-se a complexidade e a possibilidade real de uma garantia possuir tanto um dever de atuação quanto de abstenção.

Assim, da personalidade, considerada como a junção de todas as características imanentes ao indivíduo em específico, em toda a sua conjuntura, surge o que a doutrina intitula capacidade. Esta capacidade é definida por Tartuce como “a soma de caracteres corpóreos e incorpóreos da pessoa natural ou jurídica, ou seja, a soma de aptidões da pessoa” (2019, p. 130), que por sua vez são subdivididas em capacidade de direito ou gozo e capacidade de fato ou exercício. A primeira é aquela oponível *erga omnes*, indissociável do ser humano, que finda unicamente através da morte. É aquela presente no Código Civil em seu artigo primeiro: “Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.” (BRASIL, 2002). Já a última é concernente ao exercício dos atos da vida civil, restrito a alguns por algum dos casos de incapacidade também enunciados pelo diploma legal.

Vale ressaltar que “a capacidade é a regra e a incapacidade a exceção” (DINIZ, 2005, p. 12). Dessa forma, para o escopo deste trabalho, ou seja, no que tange à lei geral de dados pessoais, não serão escrutinadas somente as situações daquelas pessoas que possuem capacidade plena, mas uma vez que todo ser humano faz jus a esta proteção - esteja vivo ou até em causas *post mortem* – é devido que se analise aquelas situações excepcionais, trazidas na citação acima, aqui também.

Rubens Limongi França, fragmenta e classifica os direitos da personalidade em três grupos distintos. O primeiro referente à integridade física do indivíduo, como sua imagem retrato ou até mesmo a salvaguarda do corpo como um todo. O segundo atinente à integridade intelectual, tendo como exemplos a liberdade de pensamento e proibição da censura. Finalmente, o terceiro grupo seria composto por todos os direitos que envolvem à integridade moral, como a honra e a liberdade de política e cível. (FRANÇA, 1996, p. 939-940).

Embora não faça uma organização em classes, como Limongi França, Maria Helena Diniz (2014, p. 135) traz em sua definição características que merecem ser mais detalhadas: a sua conceituação mostra esses direitos como “absolutos, intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, ilimitados, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis”.

Analisando por partes. Eles são tidos por absolutos pelo simples fato de que na sua essência há um “dever geral de abstenção” (DINIZ, 2014, p.135), já explicitado durante o texto como a obrigatoriedade *erga omnes* de respeito ao gozo

dos direitos da personalidade a todo e qualquer ser humano. Nunca uns terão maior disponibilidade de direitos que outros: o caráter absoluto dos direitos da personalidade pertence a todos.

A intransmissibilidade decorre da proibição completa e absoluta de cessão integral dos seus próprios direitos decorrentes da personalidade, seja de maneira onerosa ou não. Dessa forma, só através da morte haverá a cessação destes direitos, pois estes advêm com o nascimento do titular e assim não se desvinculam, mantendo o caráter *ope legis*³ durante toda a vida. A morte é o gatilho que encerra as faculdades inerentes ao exercício da personalidade. Por esse fator, eles são impenhoráveis e inexpropriáveis, portanto, não podem objeto de nenhuma constrição judicial, visto que pelo caráter de vitaliciedade, cessam pela morte do titular. Em regra, eles “não podem ser objeto de alienação (direitos inalienáveis), de cessão de crédito ou débito (direitos incessíveis), de transação (intransacionáveis) ou de compromisso de arbitragem⁴.” (TARTUCE, 2019, p.181).

Unindo-se o caráter de intransmissibilidade à afirmação de que são também tutelas indisponíveis, ou seja, “insusceptíveis de disposição” (DINIZ, 2014, p. 135), avoca-se novos entendimentos de doutrina e jurisprudência em que os direitos da personalidade podem ser dispostos a outrem. De acordo com o Enunciado nº 4 do CJP/STJ, da I Jornada de Direito Civil, “o exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral” (BRASIL, 2002). Portanto, será aceita a cessão, seja ela onerosa como nos contratos de cessão de imagem, ou seja ela gratuita como a disposição de partes do corpo para fins científicos ou altruísticos, como consta no artigo 14 do Código Civil⁵.

Porém, vale ratificar que esta disponibilidade não engloba todo o direito personalíssimo do cidadão, “sendo transmissíveis apenas as expressões do uso do direito da personalidade” (TARTUCE, 2019, p.181). Assim, somente características já previamente determinadas podem ser cedidas, havendo direta limitação e barreira com a infringência deste postulado. No Brasil, ainda, há a previsão de não vitaliciedade nestes contratos, fazendo com que muitos brasileiros apelem à legislação estrangeira, a qual aprova este tipo de modalidade contratual.

³ Leia-se “por força da lei”.

⁴ Na redação do artigo 852 do Código Civil de 2002: “É vedado compromisso para solução de questões de estado, de direito pessoal de família e de outras que não tenham caráter estritamente patrimonial”. (BRASIL, 2002).

⁵ Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Irrenunciáveis, posto que não há como se abrir mão da própria personalidade, originada da dignidade por ser humano. Por mais simples que pareça a cognição desta condição, sua salvaguarda é extremamente criteriosa, principalmente, por ser tema de ordem pública. Logo, a irrenunciabilidade nunca ultrapassará o limite imposto da própria existência que a detém. Um grande exemplo que contradiz este traço é o dilema dos “contratos de namoro”, em que pessoas abdicam dos direitos decorrentes da união estável, sejam patrimoniais ou em seara pessoal, por não desejarem a inevitável configuração de entidade familiar decorrente da relação. Tal contrato não somente vai de encontro com a irrenunciabilidade dos direitos personalíssimos, como possui nulidade absoluta, simplesmente porque “a proteção dos direitos da personalidade em sede contratual constitui um dos aspectos da eficácia interna da função social dos contratos, entre as partes contratantes” (TARTUCE, 2019, p.183).

Em prosseguimento, o atributo de não limitação traz consigo a premissa de que o rol de direitos previstos, tanto na Constituição Federal, como aqueles previstos no Código Civil e diplomas esparsos, nunca será taxativo ou *numerus clausus*. Sem a imposição taxativa e com a adoção de um conceito jurídico indeterminado, o alcance conferido à estas garantias não se restringe, mas alarga-se para o favorecimento integral da sociedade.

Ainda, são imprescritíveis por terem caráter de ordem pública. Destarte, nunca haverá prazo para utilização e quando do não uso não incidirá prescrição. Esse entendimento de imprescritibilidade confere maior enaltecimento à dignidade da pessoa humana. Todavia, há a corrente de pensamento⁶ que entenda que, por mais que o direito não prescreva, a sua pretensão de uso pode cessar quando do não aproveitamento da tutela a si concedida quando da violação por outrem. Une-se à primeira, porquanto não seria de boa valia renegar o maior dos princípios envolvidos do ordenamento jurídico pátrio.

⁶ Quem segue esta linha é o doutrinador Fábio Ulhoa Coelho.

4 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO *VERSUS* CARÁTER ESTÁTICO DO DIREITO.

O início desse estudo já se antecipava ao enunciar um distintivo particular do direito, seu meio altamente oscilante com os impulsos à sua volta, e fadado às novas configurações e conjunturas atuais. Precipuamente, o tempo atual estampa aos olhos do jurista “necessidades e possibilidades para a reivindicação de direitos e para a percepção de novos problemas nas esferas que compõem o agregado social” (SILVEIRA; AVELINO; SOUZA, 2016, p. 2018). Tal afirmativa só se torna coerente a partir de uma análise histórica prolongada entre décadas ou centenas de anos, aferindo-se mudanças palpáveis entre sociedade e direito. Ratificar esta variante cabe, por exemplo, num contexto comparativo de geração de direitos humanos, a partir da Revolução Francesa, até a análise do hodierno.

O direito no tempo de intercorrência de sua vigência, não permite tamanha mutabilidade, seja manutenção da segurança jurídica, seja pela adequação popular aos preceitos. Pois bem, tomando por base essa análise de um direito estático, e tratando acerca do cenário atual, as novas tecnologias, a *internet*, as redes sociais, em resumo, todas as facilidades de propagação de mensagens visuais e auditivas, e, além disso, as novas construções sociais, influenciadas por tais meios de comunicação, tornam árdua a compreensão de certos eventos que envolvem os direitos da personalidade. Grande motivo de desenvolvimento do neoconstitucionalismo surge exatamente por essa premissa: a sociedade pós positivista almeja o cuidado e tutela além do conteúdo jurídico positivado, que se molde a cada caso concreto, visando aproximar-se ao máximo de uma justa solução jurídica do conflito, e não somente um parâmetro reto e congelado da norma posta.

Quando ambas as partes divergem sobre direitos fundamentais que, quando contrapostos, sobrepõem-se um ao outro, tem-se uma questão hermenêutica/jurídica a ser discutida e analisada, não restando outro posicionamento do magistrado que não seja um método comparativo de solubilidade da dissidência.

Um desses meios de resolução de dissentimento jurídico, como já brevemente esboçado, é a utilização da técnica de ponderação, adotada pelo Código de Processo Civil Brasileiro, visando a solução de conflitos aos quais necessitem do sopesamento de princípios para sua concreção efetiva. O objetivo da ponderação reside exatamente no emprego mais correto de ambos os direitos que

se encontram em divergência. Nas palavras de José Sérgio da Silva Cristóvam (2017, p.219):

Assim, sempre que as ordens constitucional e infraconstitucional (se com aquela compatível) não estabelecerem, de modo abstrato e apriorístico, os juízos ponderativos de prevalência de determinado direito ou interesse (público, coletivo, social, privado, individual), situação assaz comum em um sistema constitucional aberto de regras e princípios como o brasileiro, **remanesce a incumbência/atribuição ponderativa conferida em especial ao Poder Judiciário, quando chamado a decidir pela prevalência concreta e relativa de determinado direito ou interesse, segundo as respectivas circunstâncias fáticas e jurídicas, sempre visando à máxima satisfação daquelas vontades normativas preestabelecidas.** (Grifo nosso).

Tal asserção não pretende defender de qualquer maneira a ausência de limites no que tange à atuação do magistrado. Somente através do embasamento constitucional, aguerrido aos princípios e garantias fundamentais, que podem justificar a utilização da ponderação. No entanto, há que se ter em mente que é impossível manter um ordenamento sem corrupções, estável e infalível, principalmente, quando o tema é o sistema jurídico brasileiro, inclusivo e democrático. (CRISTÓVAM, 2017, p. 220).

Certo de que a técnica de ponderação necessita, acima de tudo, garantir a segurança jurídica do país, vários julgados começaram a surgir com a temática conflituosa envolvendo direitos da personalidade e a garantia constitucional da informação. Entre eles, encontram-se os de tratativa de abusos que são perpetrados à personalidade de outrem através de uma prerrogativa de liberdade na sociedade de informação. De outra mão, alguns questionam se não haveria censura prévia em detrimento da proteção da dignidade da pessoa humana, quando o assunto é de interesse coletivo. Os debates encontram acirrados argumentos de ambos os lados, até porque esta não é uma dissolução de fácil resultado.

Nestes casos, já advertia Ronald Dworkin no lecionar do seu conceito de *hard cases*:

Os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social e da igualdade em sentido amplo ou isonomia servirão sempre de socorro ao civilista na análise de questões polêmicas e de casos concretos que surgem na prática, de difícil solução (DWORKIN, 2005, p. 31).

Não há como negar que “a informação ascende ao posto de principal riqueza, intensificando-se, em todos os setores, o uso da tecnologia da informação para facilitar a coleta, a produção, o processamento, a transmissão e o

armazenamento de dados” (VIEIRA, 2007, p. 15), importando ao direito adequar-se à essa nova era, ou sendo deixado para trás.

Por mais espantosa que pareça, a veracidade imanente do hoje (e já de algum tempo, de maneira velada) é uma economia eminentemente informacional, superando o modelo antigo de economia capitalista: mais vende quem mais retém informações privilegiadas, adquiridas de maneira fraudulenta ou não. Não mais se necessita de árdua busca do cliente em lojas para auferir os menores preços dos produtos os quais almeja adquirir. A um clique de distância, o próprio fornecedor não somente dispõe ao potencial comprador suas informações, como ainda, antes mesmo de haver qualquer procura, sabe o que o indivíduo almeja obter pelos dados sociais que disponibiliza, muitas vezes sem nem ao menos saber o risco que o circunda. A informação é a mais nova commodity dos tempos modernos.

O dilema se encontra no fato do próprio titular dos dados não possuir a ciência do que é feito com suas informações pessoais, até pela posição de hipossuficiência que ocupa na relação comercial, não dispondo dos mecanismos necessários para fazer cessar ameaça ou prática de abuso sobre si.

Dessa nova configuração de negócio jurídico (quando da obtenção dos dados de forma lícita, vale salientar), emerge a cultura do mercado internacional de dados pessoais, que tem por incumbência precípua a união entre os interesses econômicos, o direito *lato sensu* e à privacidade. Certamente, a possibilidade das mais variadas empresas possuírem as preferências dos seus clientes facilita toda a cadeia de venda do produto.

Estes dados pessoais são, de acordo com a própria disposição da Lei 13.709/2018 em seu art. 5º, I, a “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável” (BRASIL, 2018), ou ainda “qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável” (DIRETIVA 95/94/CE, 1995). Portanto, qualquer informação de caráter pessoal que identifique alguém ou que ainda a torne uma pessoa identificável é considerada pela legislação como um dado pessoal.

O problema efetivo decorre da usurpação, sem aviso prévio e para fins ilícitos, de informações privadas do cidadão, visando o lucro próprio e ignorando demais consequências que advierem no intercorrer da vida do sujeito. Os dados pessoais sendo utilizados para melhorar o serviço de qualidade na venda, dispor das

melhores táticas para atração do cliente e ainda manter um controle de quais os setores mais buscados não são maléficos.

Nessa perspectiva, surge a Lei 13.709/2018, intitulada Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira, em 13 de agosto de 2018, (talvez) a maior novidade legislativa do ano, a qual incluiu o Brasil no rol de países desenvolvidos quanto ao tema. Dispondo acerca da proteção de dados pessoais, a lei trouxe as mais extensas medidas gerais de direitos e obrigações no que se refere ao usufruto da Internet no país.

A Lei surge pela deficiência da proteção de dados pessoais, trazendo consigo medidas gerais de direitos e obrigações no que se refere ao usufruto da Internet no país, mais especificamente quanto à tutela dos dados de seus usuários. A regulamentação, que alterou o Marco Civil da Internet, teve seu conteúdo aprovado pelo Senado Federal Brasileiro no mês de julho do corrente ano e foi sancionado pelo então Presidente, Michel Temer, contando, todavia, com alguns vetos, posteriormente sanados pela Medida Provisória 869/2018.

No geral, a normativa disciplina o exercício, proteção e transferência de dados pessoais no Brasil, em todos os âmbitos de atuação, seja público ou privado. A existência da recente norma *avant-garde* demonstra o total interesse em tutelar, também em âmbito digital, direitos fundamentais básicos do ser humano, estabelecendo e apontando devidamente os responsáveis nos casos de infração digital, assim como as penalidades cíveis exigidas em contrapartida.

As novas disposições somente entrarão em vigor a 24 meses da data da publicação do texto, ou seja, somente no ano de 2020 findará o prazo de *vacatio legis*. Até lá, empresas, associações, e demais setores da sociedade necessitarão adequar-se para cumprir devidamente o que está estabelecido no ordenamento.

Antecipa-se que é direito do consumidor da *web* a aquiescência expressa da coleta, uso, armazenamento e tratamento de seus dados pessoais, figurando de maneira destacada das demais cláusulas contratuais dispostas, visando dar maior segurança ao adquirente do bem ou serviço, conforme dispõe o art. 7º, IX, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

O supracitado texto normativo, trouxe demasiado progresso em questões de positivação de direitos e deveres no âmbito digital. Contudo, com os escândalos de vazamento de informações sigilosas que aconteciam sem precedentes, marcadamente aqueles da Cambridge Analytica, diversos Estados nacionais

sentiram a necessidade de possuir uma lei específica que tratasse unicamente sobre a questão da salvaguarda de dados pessoais.

O debate não é tão simples quanto aparenta, posto que a antinomia jurídica entre os princípios inerentes à personalidade e o princípio da livre manifestação das opiniões possuem uma linha bastante tênue.

Ademais, após a constatação da real imprescindibilidade da disposição normativa em análise, urge pormenorizar, as mudanças carreadas pelo dispositivo, assim como os avanços e obstáculos a serem enfrentados pela sociedade, até uma plena conscientização e cultura de educação à estas relevantes prerrogativas.

4.1 A NECESSIDADE E O SURGIMENTO DA LGPD

A tensão vivida neste novo modelo social de economia digital, realmente põe em risco a defesa aos direitos da personalidade. Campo não totalmente descoberto, a *internet* abre as portas do mundo na palma da mão, dando acesso à amplo conhecimento informativo, interação global entre pessoas, facilidades e oportunidades nunca tidas por qualquer ser humano.

Esse tipo de enfoque positivo, geralmente encampado pelas empresas ou organizações que estão à serviço de grandes multinacionais, nunca mencionarão os riscos ou malefícios dessa abertura que os meios digitais conferem. Por exemplo, no relatório proferido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁷ sobre o mercado de dados, já anteriormente referido, pronunciava-se no sentido de que os “dados são normalmente utilizados para servir melhor os clientes, melhorar a eficiência das transações e a qualidade dos produtos, bem como para identificar as macrotendências em um número de diferentes setores, incluindo saúde, transporte e segurança (OECD, 2013, p. 4, tradução nossa)”. Claro que não se exclui a possibilidade da comparência desses melhoramentos, contudo, analisando com maior criticidade as afetações sociais que decorrem da acessibilidade ao acesso à *internet*, a ausência de constante legislação, em amparo ao consumidor, é de malefício irrefutável.

Prova concreta dos constrangimentos advindos da não liciedade no tratamento de dados pessoais ocorreu em meados de março do ano de 2018 quando um vazamento de dados sem dimensões na rede social *Facebook* havia sido concretizado pela empresa de consultoria *Cambridge Analytica* e irregularmente utilizados para fins eleitorais. A empresa, contratada para trabalhar na campanha do então candidato à presidência Donald Trump, foi delatada por um ex-diretor de tecnologia a diversos jornais americanos e acusada de compra ilegal de dados pessoais. A companhia mantinha informações de usuários e de seus contatos e manipulava através de propagandas políticas singularizadas e de *fake news* o eleitorado estadunidense.

O episódio estadunidense é tido como o maior escândalo ocorrido no que tange a vazamento de dados pessoais, abrindo os olhos de toda comunidade

⁷ Organisation de coopération et de développement économiques, no original francês.

internacional a uma situação nunca presenciada. Sabia-se que, daquele evento em diante, seria vital a cautela e cuidado perante os direitos da personalidade dos cidadãos, também em meio digital.

Acentua-se que muitos países já contavam com legislações voltadas à regulação de suas redes de *internet*, dentre eles, o Brasil, com a Lei 12.965/2014, conhecida por Marco Civil da Internet. No entanto, não havia nada específico quanto a um diploma que tratasse de maneira atenta aos regimes de gestão de dados pessoais de forma geral e substancial.

Dessa feita, surge na União Europeia, a primeira lei acerca do tema, que já vinha sendo planejada e elaborada antes mesmo da querela da *Cambridge Analytica*. A *General Data Protection Regulation (GDPR)*, então, de 25 de março de 2018, é um diploma legal que não somente passou a exercer o controle regulamentar sobre as empresas da União Europeia, mas, indiretamente, a todas aquelas que mantivessem qualquer tipo de relação comercial que envolvessem dados pessoais de envolvimento à territorialidade europeia ou que lhes prestassem serviço, ou seja, a rigidez legislativa da GDPR é tamanha, que, por suas disposições, mesmo a iniciativa privada europeia passou a só manter relações de prestação de serviços com empresas de países que também possuam regulamentação própria para o tratamento de dados. Até a criação da LGPD brasileira, pela força normativa do diploma legal comum europeu, cerceou-se do Brasil a oportunidade de se relacionar economicamente com o bloco. A justificativa era exatamente a ausência de lei específica sobre o assunto. Nas palavras de Márcio Cots e Ricardo Oliveira, “ou se tornava (o Brasil) um país confiável, do ponto de vista da segurança jurídica, ou o Brasil ficaria marginalizado por mais esse motivo” (2018, p. 30).

Não somente a GDPR pressionou, no caso brasileiro, a produção da Lei Geral de Proteção de Dados. Por mais que o cenário contemplado pareça, à primeira vista, uma questão de conveniência econômica, não haveria melhor momento para seu surgimento, diante de todas as violações à privacidade e intimidade perpetradas, internacional ou nacionalmente falando. Cada vez mais cerceadas, as garantias não conseguiam se impor, mesmo positivadas, neste novo terreno digital emergente. Não há como negar: a clássica dualidade, anterior ao meio digital, contudo, por ele intensificada, da privacidade em divergência à liberdade de expressão/informação, necessitava da guarida de uma lei

principiológica, como a LGPD, para exercer o papel de direcionar o aplicador do direito nos casos concretos. Até porque a única solução plausível a ser encontrada é o equilíbrio.

Nota-se que a essência das garantias fundamentais “vai sendo alterada conforme as tecnologias de intrusão, invasão dos espaços pessoais, não públicos” (SILVEIRA; AVELINO; SOUZA, 2016, p. 218). Ou seja, é primordial o estabelecimento de limites ou até de um norte que leve o judiciário a um consenso, tanto no que tange ao desrespeito pela vida privada de cada sujeito, quanto de exprimir opiniões ou informações, velando pela liberdade de expressão e não invasão da esfera privada.

A Lei Geral de Proteção de Dados é bem clara ao anunciar que seu maior objetivo é a tutela dos direitos da personalidade decorrentes das informações pessoais que transitam por meios *online* e *offline*.

Precipuamente, a privacidade e a intimidade, por mais correlatas que sejam, são diferenciadas pela doutrina. Uma das teorias mais conhecidas para cognição inicial do assunto, é intitulada “teoria dos círculos concêntricos”, criada por Heinrich Hubmann (1953). Esse postulado jurídico “dividiu a esfera da vida privada do ser humano em 3 círculos, de acordo com sua densidade, sendo que a esfera externa seria a privacidade, a intermediária alocaria o segredo e a esfera mais interna seria o plano da intimidade” (DI FIORI, 2012). A teoria mais bem aceita pela doutrina é a trazida por Heinrich Henkel, nos idos de 1957, em que o autor se apodera da assertiva anteriormente citada, unicamente perfazendo o segredo como núcleo do círculo, a intimidade em fase intermediária e a privacidade englobando ambos.

Merece o destaque, posto que, de acordo com a literatura do artigo 12 do Código Civil Brasileiro, “pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e **reclamar perdas e danos**, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.” (BRASIL, 2002, grifo nosso), ou seja, para medir o tamanho do dano ocasionado à subjetividade do ofendido que visa auferir sua compensação pela lesão sofrida, indispensável a adoção de uma postura que saiba distinguir os níveis no que tange à ofensa aos direitos supramencionados.

Assim, enquanto a privacidade relaciona-se aos fatores externos do indivíduo, como sua liberdade de comunicação sem violação ou seus hábitos, a intimidade volta-se ao interior, como seus segredos e aspirações futuras. (DINIZ,

2014, p. 151). Dessa forma, “a intimidade é um direito individualista, que diz respeito a informações da vida pessoal do indivíduo, como seus hábitos e vícios, enquanto a vida privada envolve relações com terceiros, e, conseqüentemente, contempla maior abrangência.” (GODINHO; VASCONCELOS; MENDES, 2017, p. 39).

O artigo 21 do Código Civil deixa clara a opção do ordenamento jurídico em promover a inviolabilidade da privacidade como um todo ou por um *lato senso*, ou seja, incluindo-se nessa defesa, a intimidade e o segredo, permitindo que o juiz adote providências tanto para prevenção quanto para fazer cessar um possível abuso. (BRASIL, 2002). Isso porque somente através da autodeterminação de se encontrar recluso em sua intimidade, quando bem desejar, é que o indivíduo encontra os subsídios para desenvolver a própria personalidade. Por isso, somente a personalidade é “que faz do homem um indivíduo, [...] que permite a autodeterminação do ser e, pois, caracteriza-o por sua individualidade.” (COTS; OLIVEIRA, 2018, p. 62).

No entanto, essa abstração de reclusão não deve ser meramente atrelada à concepção de segregação ou isolamento, pelo contrário, deve-se “propiciar com que a pessoa controle quem está admitindo na esfera de sua vida privada, e ainda mais, poder permitir e proibir a incursão de terceiros.” (COTS; OLIVEIRA, 2018, p. 63). Se o indivíduo necessitar se retirar e se afastar da sociedade para ter efetivado seu direito de privacidade, não estará se falando nesta garantia, sobretudo porque, somente incluído no corpo social, haverá uma plena promoção da personalidade, aí também insere a prerrogativa à vida privada.

Tomando a redação do artigo 20 do Código Civil, percebe-se a aproximação e engajamento da privacidade também para com a imagem e a honra. Não é erro pensar nas similitudes dos preceitos, até porque “o direito à privacidade ou à intimidade é um dos fundamentos basilares do direito à imagem” (DINIZ, 2014, p. 148).

Certamente, por este motivo, o direito à privacidade e à imagem sejam aqueles que mais geram discussões na atual sociedade da informação. Querendo ou não, o ser humano pode dispor de parte desses direitos em prol da própria vontade. Quer-se dizer, há uma disponibilidade relativa que paira sobre estes direitos, como outrora pontuado. Assim, somente através de contrato previamente estabelecido, com a anuência devida do contratado, e não havendo abuso de direito

que contrarie a moral e bons costumes, permite-se esta relativização, clara exceção a todo o caráter de direito absoluto imanente ao direito.

Finalmente, a honra também deve ser protegida pelo constituinte visto que “é direito inato e universal do ser humano, que abrange o sentimento e a consciência de dignidade própria e a estima na consideração moral dos outros”. (MIRANDA, 1971, p.44). Portanto, tanto a honra objetiva quanto a subjetiva são dignas de guarida. Ressaltar estes direitos da personalidade no texto constitucional, como outrora afirmado, garante “uma tutela jurisdicional diferenciada, específica, que reconheça suas peculiaridades e conceda uma proteção eficaz” (GUIMARÃES; BASTOS, 2016, p.97). Mesmo assim, estes direitos da personalidade não são absolutos. Como bem direciona o Enunciado nº 279 do CJF/STJ presente na IV Jornada de Direito Civil:

A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa. Em caso de colisão, levar-se-á em conta a notoriedade do retratado e dos fatos abordados, bem como a veracidade destes e, ainda, as características de sua utilização (comercial, informativa, biográfica), privilegiando-se medidas que não restrinjam a divulgação de informações (BRASIL, 2006).

Determinar a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, no artigo direcionado à positivação de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal, cláusula pétrea, constitui enorme importância empregada pelo constituinte, além da evidência e exemplo daquilo que o Direito Civil Constitucional adveio a construir. Grande prova do zelo pela proteção destas prerrogativas é o próprio surgimento do diploma legal que prevê a proteção dos dados pessoais brasileiros, objeto desse estudo. Tal preocupação de tutela já era refletida através da atuação jurisprudencial e doutrinária. Consta mencionar como exemplo o Enunciado nº 278 do CJF, aprovado na IV Jornada de Direito Civil, que predispõe que a utilização de qualquer qualidade, sem autorização do indivíduo, mesmo que não o identifique por completo, mas que o torne identificável, como violação direta dos direitos da personalidade.

4.2. A ANTINOMIA JURÍDICA PRIVACIDADE *VERSUS* LIBERDADE DE INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA LGPD

Nas palavras de Tatiana Malta Vieira (2007), “privacidade e liberdade se amalgamam como duas faces de uma mesma moeda, uma vez que tão somente o manto de proteção da privacidade proporciona a um indivíduo o direito ao exercício da liberdade”. Por meio da compreensão deste imperativo, só haveria livre exercício da liberdade, seja qual for, através de uma garantia posterior e ainda maior à privacidade.

Entretanto, alguma parte da doutrina discorda acerca desta preponderância. Uma das melhores definições deste posicionamento está contida no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade nº 4815, no voto do Ministro Luís Alberto Barroso. Essa ADI discutia o impasse na produção de bibliografias não autorizadas como meio de censura prévia, demonstrando-se judicialmente um embate factual entre os axiomas da personalidade e liberdade. Em sua sustentação, o Ministro Barroso elencou três efeitos decorrentes do exercício da liberdade de expressão que seria capaz de elevá-la perante à intimidade. O primeiro deles se deriva precipuamente do histórico passado de cerceamento de liberdades. Alega o Ministro que a premissa de que as opiniões não devem ser emitidas ou filtradas diante do discurso soa altamente incoerente na realidade atual brasileira, intensificando-se um discurso pela censura, altamente combatida em movimentos sociais diversos pós período ditatorial. Em segundo lugar, Barroso pondera que “a liberdade de expressão é pressuposto para o exercício dos outros direitos fundamentais. [...] Sem liberdade de expressão e de informação não há cidadania plena, não há autonomia privada nem autonomia pública” (2016), ou seja, qualquer outro direito, como os políticos, o de ir e vir, e até mesmo os da personalidade, dependerão da autodeterminação através da “livre circulação de fatos, informações e opiniões”. Por fim, o terceiro e último ponto trazido à baila, trata o direito de liberdade de expressão como garantidor da história, de uma sociedade próspera, com um conhecimento disponível às futuras gerações. (BARROSO, 2016).

Obviamente, o mencionado julgado do STF já incorpora ao ordenamento jurídico, as garantias às biografias não autorizadas quando de pessoa pública ou de interesse coletivo, de acordo com cada caso concreto. Conquanto, o projeto de lei nº 393/2011 almeja acrescentar ao artigo 20 do Código Civil uma disciplina menos

rígida, tendendo a, como pretende a suposta ementa, “ampliar a liberdade de expressão, informação e acesso à cultura” (BRASIL, 2011). A proposta ainda tende a acrescentar um parágrafo ao artigo com a seguinte redação *ipsi literis*:

A mera ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade. (BRASIL, 2011).

Meramente exemplificativo, o caso das biografias não autorizadas não consta como fato isolado. Todo e qualquer discurso que, subjetivamente, afete a alguém é passível de um processo judicial. De acordo com o filósofo Thomas M. Scanlon, citado por TAVARES (2005, p. 62), um discurso precisa ser analisado através do interesse do emissor da mensagem, dos receptores e dos terceiros não envolvidos. Portanto, nunca haverá um direito fundamental prevalente, por mais que o ímpeto jurídico aponte para uma maior guarida dos direitos da personalidade. O fato é que, tanto a liberdade de expressão quanto especificamente o direito à privacidade propiciam o progresso da humanidade e de seus valores individuais e em comunidade e, por isso, ostentam caráter de fundamentalidade.

Por essa razão, ambas as teses singularistas fadam em erro em algum ponto: a privacidade excessiva quando ocasiona a censura; a liberdade quando adentra sem respeito à esfera íntima do cidadão. Por essa razão, fica-se com o posicionamento quanto à ponderação em cada caso concreto. Compactua-se ao pensamento de Anderson Schreiber ao defender que:

A norma diz pouco para o seu tempo. Como já se enfatizou em relação aos direitos da personalidade em geral, o desafio atual da privacidade não está na sua afirmação, mas na sua efetividade. A mera observação da vida cotidiana revela que, ao contrário da assertiva retumbante do art. 21, a vida privada da pessoa humana é violada sistematicamente. E, às vezes, com razão” (2011, p. 136-137)

Essa premissa não somente demonstra, como defende o porquê da Lei Geral de Dados ser um dispositivo integralmente principiológico. Não há como defender um direito fundamental em detrimento a outro. Positivar uma garantia que exceda essa concepção digressiva entre privacidade e liberdade de informação é a melhor resposta encontrada pela LGPD para amparo de qualquer situação.

Já no primeiro artigo do texto normativo, revela-se que o objetivo da lei é o da proteção dos direitos fundamentais de liberdade, como também de privacidade, através do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (BRASIL,

2018). A utilização do vocábulo “proteção” não é em vão: o legislador enxerga uma vulnerabilidade íntima da própria condição de pessoa natural, que desiguala o titular dos dados perante às empresas que o tratam. (COTS; OLIVEIRA, 2018, p. 23). Isso porque “os dados, por serem na grande maioria dos casos intangíveis, não permitem ao titular certeza jurídica de seu tratamento”, reiterando o local de fragilidade que ocupa sujeito de direitos e conferindo à LGPD a função de resguarda e manutenção da relação jurídica.

O cuidado com o indivíduo é patente de tal forma que outras legislações de caráter protetivo embasam também a LGPD. Cite-se aqui a utilização de princípios oriundos do direito do consumidor como a vulnerabilidade e a hipossuficiência⁸.

A vulnerabilidade na relação consumerista advém de dois caracteres distintos, mas, que trabalham unidos: a ausência de cognição técnica e econômica. A pessoa física não detém os conhecimentos acerca do funcionamento monopolista do mercado, assim como, sua capacidade econômica, por consequência, é, na maioria das situações, abaixo relativamente ao fornecedor. Daí é que também se origina a hipossuficiência: do nítido desnivelamento entre as partes do consumo. Novamente citando NUNES (2015):

Claro que essa vulnerabilidade se reflete em hipossuficiência no sentido original do termo – incapacidade ou fraqueza econômica. Mas o relevante na hipossuficiência é exatamente essa ausência de informações a respeito dos produtos e serviços que adquire.

A inserção de tais questões principiológicas consumeristas servem para resguardar a ideia de que numa interação em que não há paridade entre as partes, deve-se buscar o equilíbrio concedendo segurança jurídica ao caso.

Quanto aos fundamentos em si da legislação protetiva de dados pessoais, é bastante salutar que atestam tanto para o respeito à privacidade quanto pela autodeterminação informativa⁹ (BRASIL, 2018), trazendo novamente a ideia de que não há soberania de um princípio fundamental perante outra garantia que também manifesta seu papel de importância. Dessa forma, o legislador confirma a tese da coexistência desses dois direitos fundamentais, concedendo ao titular a respectiva

⁸ Art. 42 da LGPD.

resguarda de suas informações restritas através de uma contraprestação do controlador acerca da utilização e uso de seus dados.

Especificamente quanto à autodeterminação, deve-se ter em mente a posição de hipossuficiência do titular, já anteriormente explicitada. Sem a devida atitude do controlador pelo zelo no informe da aplicação dos dados, não haverá como inteligir o manuseio, podendo lhe gerar ou já gerando riscos à imagem, intimidade ou à personalidade no geral. Dessa forma, “ao titular não incumbe presumir o que será feito com seus dados, sendo obrigação do controlador prestar quantas informações forem necessárias para que a tomada de decisão do titular se dê da melhor maneira possível.” (COTS; OLIVEIRA, 2018, p.64).

Consequentemente, quando da violação desta premissa informativa do controlador, ou quando do não enquadramento nas exceções previstas no artigo 4º da LGPD, ou ainda quando da utilização da liberdade de expressão de modo a invadir a privacidade do sujeito de direitos, irá ter preferência a proteção à privacidade, principalmente por constar neste artigo um rol taxativo que não só orienta como obriga os tratamentos de dados restringirem-se àquelas situações específicas, não podendo alegar o controlador desconhecimento ou imperícia.

Através do parágrafo segundo se tem a verdadeira noção de como a LGPD não privilegia um “ou” outro direito, mas sim um “e” outro, na “busca de deixar incólumes as premissas constitucionais supraindicadas”.. Motiva-se o desenvolvimento econômico, tecnológico e a inovação, através da livre iniciativa, da livre concorrência, contudo, sempre amparando-se pelo direito do consumidor, pela preservação dos direitos da personalidade e autodeterminação informativa.

4.3 NOVOS MECANISMOS PARA PROTEÇÃO DE DADOS

Para início da explanação pormenorizada das mudanças que envolvem o tratamento de dados pessoais tanto em meio *online* quanto em meio *offline*, pode-se insurgir dúvida quanto à aplicabilidade da LGPD tendo em vista a coexistência da disciplina presente no Marco Civil da Internet e no Decreto 8.771/2016, diferindo estas somente na aplicabilidade, que se dá unicamente ao meio digital.

Tomando como base a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, através do artigo 2º, §2º¹⁰, o entendimento de Cots e Oliveira (2018, p. 78) se dá no sentido de permanência na vigência de ambas as legislações, havendo complementação e coexistência quando da existência de tratamento de dados *online*. Dessa forma, a resguarda das informações que extrapolam o meio digital para o meio físico se dá unicamente por meio da Lei Geral de Proteção de Dados.

Superado este adendo, adiciona-se o informe de que a territorialidade quem define a competência da lei ora em comento não parte de uma premissa de nacionalidade, mas, de localização geográfica. Isso porque quando da leitura do artigo 3º, incisos e parágrafos da LGPD, independem os conceitos de meio, do país sede ou do país de onde localizam-se os dados. Por esta razão, quando do tratamento em território brasileiro, da oferta de serviços a qualquer pessoa que esteja em território nacional ou quando os dados forem coletados aqui, mas o tratamento se der em outro país, a incidência sempre será pela LGPD.

Obviamente, as exceções existem. Constantes no artigo 4º, as excludentes de aplicabilidade atuam em amparo à proeminente instabilidade das relações sociais no que tange à inflexibilidade legislativa. Dessa forma, os dados utilizados sem fins econômicos, seja por uso pessoal, fins jornalísticos, artísticos e universitários (este último com ressalvas), de segurança e defesa de soberania nacional, não interessam à norma.

O correto manuseio dos dados pessoais predispõe o livre consentimento exarado pelo titular. Somente através desta autorização prévia, que se considera a existência de uma relação jurídica entre indivíduo e controlador¹¹. Ademais, é direito do possuidor dos dados a disponibilização clara, por meios facilitados, de como as

¹⁰ §2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

¹¹ Definido no art. 5º, inciso VI, da Lei 13709/2018 como a “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;”

suas informações pessoais estão sendo utilizadas, nunca podendo os agentes de tratamento eximir-se desta responsabilidade. E não somente isso: o caráter de funcionalidade deve estar explícito na interação com o usuário, ou seja, a empresa deve dizer especificamente para que precisa das informações as quais solicita, onde as manuseia e para que fins haverá esta coleta. Toda a cadeia relacional deve estar pautada na boa fé, zelo e cautela quanto ao usuário do serviço.

Para que uma empresa tenha noção de que segue corretamente o recente dispositivo jurídico, algumas medidas são sugeridas pelos especialistas da área. De imediato, a plausibilidade se encontra na averiguação de como a instituição vem se posicionando quanto ao tratamento de dados. Dessa feita, verificar como dispõe a política de privacidade atual, as cláusulas contratuais já estabelecidas e proceder à suas atualizações é o pontapé primeiro a esta adequação. Nesta perspectiva, bastante e especial atenção deve se possuir quanto às chamadas *brokers* (corporações contratadas especificamente para obtenção e fluxo de dados pessoais entre demais empresas privadas), visto que por elas originam e derivam toda e qualquer informação.

Destarte, entende-se o porquê de uma *vacatio legis* até o ano de 2020. As novas disposições demandam não só do governo, mas, mormente, dos particulares um período de ajustes para conformação de suas políticas à determinação legislativa. Tanto que pela Medida Provisória 869/2018 fora estendido o prazo de 18 a 24 meses de vacância, período igualmente concedido quando da aprovação da GDPR Europeia.

Outras lacunas preenchidas pela MP que merecem destaque dizem respeito à instituição e regulamentação do agir da Autoridade Nacional de Dados Pessoais (ANPD). Vetada pelo Presidente Michel Temer quando do sancionamento, para ser aprovada por medida provisória, fora alterada na sua essência de vinculação hierárquica, agora subordinada à própria Presidência da República, mas com a devida autonomia técnica.

É função da ANPD não só reguladora, como sancionadora das penalidades que estão previstas no texto normativo. As multas a serem concedidas por atos infracionais à norma chegam a valores vultosos de cinco milhões de reais, por exemplo.

Além desta alteração, o encarregado, definido no artigo 5º como “pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o

controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados” (BRASIL, 2018), assume nova posição, prezando pela ligação direta à ANPD junto à empresa privada. Portanto, é dever de toda instituição manter no corpo de seus empregados a presença do encarregado.

Salienta-se que, com as novas formalidades incumbidas à Autoridade Nacional de Dados, mas, principalmente, quanto ao seu novo órgão de vinculação, tem-se o temeroso pensamento de sua autonomia. Isto porque, agora vinculada à Presidência da República, o espectro político poderá incidir em suas decisões, transformando o que antes era autônomo, quando vinculada ao Ministério da Justiça, em um meio de controle social de ideais ou até mesmo fazendo vista grossa às infrações cometidas pelo governo.

A pergunta que fica é: até que ponto ficará a imparcialidade da ANDP quanto à proteção dos dados, de maneira técnica e se afastando de interesses meramente políticos?

Além do mais, os dados pessoais sensíveis, aqueles atinentes à religião, posição política, e demais características que de tão íntimas merecem um resguardo ainda maior, tiveram seu espectro aumentado visando interesses de maior valia como a saúde e a segurança nacional.

No mais, orienta-se pelo cuidado no múnus dos profissionais de tecnologia da informação, visto que estes são os responsáveis pelo amoldamento da movimentação de dados, e, portanto, devem estar capacitados e cientes das novas disposições que entram em vigência em 2020.

As deliberações voltadas à aceitação do *compliance* e da *privacy by design* são as decisões a curto e longo prazo mais plausíveis.

Em linhas gerais, o *compliance* é uma técnica que vem ganhando espaço no mercado como uma resposta à respeitabilidade no cumprimento das leis e do ordenamento. Com o advento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a logística na prestação de contas e gerência contábil ilibada no setor privado assume uma nova configuração, prezando muito mais pela correta atuação da empresa quanto a não incidência em atos de corrupção, visando a não aplicação de sanções administrativas, cíveis ou penais. (VERÍSSIMO, 2017, p. 13). Mediante o cultivo dessa mentalidade, iminente será a construção de um liame cooperativo capaz de progredir toda a linha do mercado, abrindo margem para que, por exemplo,

a própria instituição possa punir os funcionários que não prezarem pelos ideais aqui difundidos.

Neste sentido, a *privacy by design* se insere, com enfoque voltado aos sistemas de dados, visto que estes são meios que também podem ser corruptíveis. O conceito é originado pela ex Comissária de Informação e Privacidade do Canadá, a Ph.D. Ann Cavoukian, que já nos anos de 1990 percebia que, com as novas tecnologias da informação, os dados pessoais estariam em risco quando do manejo abusivo ou ilegal. A teoria deixa bem clara a crucialidade na adoção de ações específicas para a salvaguarda dos bancos de informações das instituições, resumindo em sete princípios básicos a correta operação a ser desempenhada pelo controlador. Esses pequenos postulados tratam desde o cuidado preventivo que deve possuir o desenvolvedor de TI, tornando a privacidade como regra geral a ser seguida em todo e qualquer caso, até o uso de princípios, inclusive já tratados, visto que foram recepcionados pela Lei Geral de Proteção de Dados, como o livre consentimento, a visibilidade e a funcionalidade. (CAVOUKIAN, 2011).

No mais, as empresas de pequeno porte, certamente serão as que mais sentirão a entrada da lei em vigor. Como a LGPD não distingue os níveis do setor privado, assim como as grandes multinacionais, cabe às EPPs o mesmo amoldamento, seja pelo seguimento dos princípios ou até mesmo pela contratação do encarregado. Dependendo de como transcorre a política da instituição, caberá em onerosidade quando destas modificações, ou pelo seguimento da legislação ou ainda pelas multas que poderão ser aplicadas por sua desobediência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As benesses oriundas da Lei Geral de Proteção de Dados são evidentes, principalmente, quando tomados parâmetros globais atuais de economia digital informacional. Entretanto, fundadas são as críticas remetentes à legislação, principalmente quanto às lacunas propositalmente deixadas no texto normativo. Vale enfatizar que, como a norma não está ainda em vigor, as críticas de sua aplicabilidade são meramente hipóteses, sendo dever da doutrina a discussão ferrenha sobre as facetas a serem originadas.

Sabe-se que a intenção do legislador é manter uma subjetividade que permita a adaptação social e ao mesmo tempo dê subsídio para responsabilização pessoal do agente infrator. No entanto, mesmo após a implementação da Medida Provisória 869/2018, o que já se vislumbra é a existência de um texto normativo altamente principiológico que não encontra amparo jurídico em outras legislações infra, visto que estas também se encontram em grau de abstração elevado ou ainda não existem regulamentação a respeito. Dessa forma, a incumbência na solução de litígios decai massivamente ao judiciário. Não que seja um dano em sua inteireza, contudo, uma lei que existe e não consegue encontrar esteio e suporte no todo jurídico, tem sua eficácia mitigada, além de abrir margens para interpretações que não condizem à intenção do legislador por parte dos magistrados ao redor do país.

Outra questão levantada diz respeito à escolha legislativa de adoção de uma lei específica. O que se alega, certamente, advém do fato do não aproveitamento das benesses oriundas se aplicado fosse o tratado internacional. Isso porque, através do tratado, e pela consequente unificação dos ordenamentos estrangeiros, não restaria dúvidas ou maiores impasses quanto a questões como competência desta ou daquela prática ou como divergências entre leis específicas entre um país e outro. Como bem argumenta Patrícia Peck Pinheiro (2018, p. 37), “a natureza atual dos fluxos de dados nos negócios é transfronteiriça”. Os influxos comerciais de serviços e informações entre países é realidade corriqueira na atual economia globalizada. A adoção de uma lei específica tornou o procedimento de autuação de empresas violadoras da Lei Geral de Proteção de Dados não célere e, algumas vezes, até confusos. Essa obscuridade se dá quando do envolvimento de dados que comportem mais de uma legislação, envolvendo duas ou mais soberanias.

São forçosas, logicamente, ressalvas na abrangência da aplicabilidade da LGPD, até porque nenhuma relação social é estável ao ponto de ser considerada perfeita para a observância na inteireza dos dispositivos. Por esta razão, primordial se faz o diálogo doutrinário quanto a este novo campo que surge no direito.

O que é certo é que a maior problemática, a da carência de uma lei específica que protegesse, simultaneamente, a privacidade, a intimidade, a imagem e a autodeterminação informativa, fora sanada. Mesmo com todas as suas falhas, a Lei 13.709/2018 cumpre seu papel no ordenamento jurídico, qual seja, ditar o comportamento do setor privado quanto ao manejo das informações pessoais transmitidas pelos usuários de seus serviços.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

BAPTISTA, Silvio Neves. *Ensaio de direito civil*. São Paulo: Método, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. *Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito: (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43618/44695>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos* - 1909; Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Apresentação: Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7ª reimpressão.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.657, de 04 de novembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui O Código Civil. Brasília, 2002.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.815. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/barroso-voto-pdf.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.. Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, 2018.

BRASIL. Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências. Brasília, 2018.

CORDEIRO, António Menezes. *Tratado de Direito Civil Português: Parte Geral – Pessoas*. Vol. 1, tomo III, Lisboa: Almedina, 2004.

COTS, Márcio; OLIVEIRA, Ricardo. *Lei geral de proteção de dados pessoais comentada*. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. *A teoria da ponderação de princípios na encruzilhada do decisionismo judicial: limita-me ou te devoro!*. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, [s.l.], v. 38, n. 75, p.219-241, 24 maio 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n75p219>.

DIAS, Eduardo Rocha. *Situações jurídicas existenciais e fundamentalidade*, in: RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski et al (Org.). *Direito Civil Constitucional: A ressignificação da função dos institutos fundamentais do direito civil contemporâneo e suas consequências*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.

DI FIORI, Bruno Henrique. *Teoria dos círculos concêntricos da vida privada e suas repercussões na praxe jurídica*. São Paulo, 2012.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: 1. Teoria Geral do Direito Civil*. 31. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípios*. São Paulo: Martins Editora, 2005.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Manual de Direito Civil*. 3.ed., in: Revista dos Tribunais, 1975.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Instituições de Direito Civil: todo direito civil num só volume*. São Paulo: Saraiva, 1996.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1 v.

GARCIA, Maria Glória F.D.P. *Estudos sobre o princípio da igualdade*, Coimbra: Almedina, 2005.

GIORGIANI, Michele. *Il diritto privato e i suoi attuali confini*, in *Riv. Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, 1961, p. 396. (tradução nossa).

GODINHO, Adriano Marteleto; VASCONCELOS, Emanuelle Maria Brasil de; MENDES, Maria Luísa Gomes. *Liberdade de expressão versus tutela dos direitos da personalidade: a constitucionalidade da publicação de biografias não autorizadas*, in: FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; EHRARDT JUNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque; SANTIAGO, Maria Cristina Paiva (Org.). *Temas de direito civil-constitucional: da constitucionalização à humanização*. João Pessoa: Instituto de Pesquisa e Extensão Perspectivas e Desafios de Humanização do Direito Civil-constitucional – IDCC, 2017.

GODINHO, Adriano Marteleto; GUERRA, Gustavo Rabay. *A defesa especial dos direitos da personalidade: os instrumentos de tutela previstos no direito brasileiro*, in: Revista Jurídica CESUMAR - MESTRADO. Maringá (PR): UNICESUMAR, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2440/1899>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

GODINHO, Adriano Marteleto. *Pessoa, personalidade e direitos da personalidade*, in: PHRONESIS: Revista do Curso de Direito da FEAD nº 5, 2009.

Jornadas de direito civil I, III, IV e V : enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012.

LARENZ, Karl. *Derecho Civil: parte general*. Traducción Miguel Izquierdo y Macías-Picavea. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1978. (tradução nossa)

LEITE, Rita de Cássia Curvo. *Transplantes de órgãos e tecidos e os direitos da personalidade*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Metodologia do Direito Civil Constitucional*, in: RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski et al (Org.). *Direito Civil Constitucional: A ressignificação da função dos institutos fundamentais do direito civil contemporâneo e suas consequências*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Constitucionalização do direito civil*. Brasília, 1999.
Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pgulFpQ8z0oJ:www.direitofmc.xpg.com.br/TGDC/texto01.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LOPES, João Batista. *Tutela Antecipada No Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª Edição, 2003.

MALISKA, M. A.. *O direito à educação e à Constituição*. Porto Alegre: Fabris, 2001.

MENDES, Laura Schertel. *Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental*. São Paulo: Saraiva, 2014. (Série IDP : linha pesquisa acadêmica).

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de direito privado - Parte Especial*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

MOTA PINTO, Paulo. *A limitação voluntária do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada*, in: Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha, Lisboa, 1989.

MORAES, Maria Celina B. *A Caminho de um Direito Civil Constitucional*. Revista Estado, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro, 1991. Publicação do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-Rio..

NUNES, Rizzatto. *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência*. 4. ed.. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

NUNES, Rizzatto. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 8. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Saraiva, 2015.

OECD [Organisation for Economic Co-operation and Development]. *Exploring the economics of personal data: a survey of methodologies for measuring monetary value*. OECD Digital Economy Papers, Nº. 220, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/5k486qtxldmq-en>>. (tradução nossa).

PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil*. 7. ed.. São Paulo: Atlas, 2014.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Diretiva 95/46/CE* de 24 de outubro de 1995.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. *Interpretação constitucional e direitos fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. *Instituições de direito civil: introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil* - Vol. I. 31. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *¿Cibercidadani@ o ciudadani@.com?*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004. (tradução nossa).

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. Tradução de Maria Cristina De Cicco.

PINHEIRO, Patrícia Peck. *Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. *As assim chamadas dimensões dos direitos fundamentais e a contribuição de Paulo Bonavides*, in: LINHARES, Emanuel Andrade et al (Org.). *Democracia e Direito Fundamentais: Uma homenagem aos 90 anos de Paulo Bonavides*. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; AVELINO, Rodolfo; SOUZA, Joyce. *A privacidade e o mercado de dados pessoais | Privacy and the market of personal data*. Rio de Janeiro, 2016. *Liinc em Revista*, [s.l.], v. 12, n. 2, p.217-230, 30 nov. 2016. Liinc em Revista. <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v12i2.902>.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: em busca do direito justo*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUSA, Rabindranath Capelo de. *O Direito Geral de Personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: lei de introdução e parte geral* – v. 1. 15. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil: A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro* – tomo I. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VERÍSSIMO, Carla. *Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2017.

VIEIRA, Tatiana Malta. *O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. 2007. 297 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.